O CENTRO DE REFERÊNCIAS EM POLÍTICAS CULTURAIS: UM MECANISMO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRASIL

Anderson Albérico Ferreira¹
Karen Kristien²
Ana Torrezan de Souza³

Resumo: A preservação da memória e da informação no Brasil passaram a sofrer significativas mudanças e subtrações nos últimos anos, o que coloca em perigo importantes referentes, documentos e bens culturais da nação. Em resposta a este cenário, no segmento cultural houve uma intensificação tanto na articulação de entidades, organismos, grupos, redes e pesquisadores em prol do desenvolvimento de ações em defesa, resgate e preservação da memória quanto na realização de denúncias e reivindicações de cumprimento das ações e políticas voltadas para o setor. Em consonância a este movimento, a Cátedra Unesco de Políticas e Gestão Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) pôs em curso um conjunto de projetos que suscitaram no primeiro centro de referência em políticas culturais do país, iniciativa a que o presente artigo está dedicado. Este trabalho busca apresentar a importância do debate sobre memória e poder e, a partir da experiência do repositório digital do Centro de Referências em Políticas Culturais, apontar a relevância do exercício de preservação da memória ante um contexto político-social que ameaça a manutenção das políticas públicas de cultura.

Palavras-chave: Informações Culturais, Repositórios Digitais, Políticas Culturais.

Introdução

A relação entre os campos político e cultural não é algo recente, entendemos que desde os primórdios da história humana que ambas as esferas estão em sinergia. A religião, os ritos, os mitos, a poesia, a memória, a história oral, as artes, e outros componentes do campo simbólico, estavam diretamente ligados às entidades de poder, ou seja, aqueles que governavam. Essa relação entre política e cultura, desde suas formas mais rudimentares, surge como uma forma de organização e estruturação da vida social, permeada pela ideia de poder e controle social. A partir do surgimento e

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Política (PPGH/UERJ). andersonfolks@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF). karenkristien@gmail.com

³ Mestra em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF). anatorrezan@gmail.com

estabelecimento da ideia de Estado, sobretudo moderno, como elemento de poder e entidade político-social essa relação passa a ser mais estruturada de forma que a cultura torna-se cada vez mais política.

Alguns autores⁴ dedicaram-se à reflexão sobre a origem e a motivação desse interesse cada vez mais nítido do Estado no campo da cultura. Nota-se uma certa convergência acerca de alguns aspectos levantados em seus trabalhos, que permite-nos dizer que o sentido e alcance social da cultura na construção e dinâmica das sociedades e dos indivíduos traduz uma forma de *poder*, pois a cultura legítima e (re) organiza os grupos e sistemas de relação social, fazendo com que, de uma forma ou outra, esteja envolvida com o campo político. Em outras palavras, ela é tanto um mecanismo social de *invenção* – fomentando e produzindo identidades sociais – como de *conquista* – sendo um espaço de lutas simbólicas⁵.

Cultura e Poder

É evidente que a cultura é um dos elementos fundamentais tanto para a vida comunitária quanto individual, onde a partir dela o arcabouço de sistemas e estruturas é compartilhado socialmente, sejam eles morais, simbólicos ou, em certa medida, comportamentais. Para entender melhor esse papel da cultura é possível recorrer a noção cunhada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que define os sistemas simbólicos, como *estruturas estruturantes*⁶. Em suma, a dinâmica sociedade-cultura se constituiria em uma relação cíclica, na qual ambas seriam ao mesmo tempo elemento ativo e passivo das produções. Isto é, a cultura cria o social, na medida em que ela, também, é criada pelos indivíduos em ação no meio social.

Seguindo esta perspectiva, o sociólogo francês aponta duas funções sociais básicas dos sistemas simbólicos. Na primeira delas, o campo simbólico funciona como

⁴ MARTINS, Estevão de Resende. *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2. ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011; HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁵ FERREIRA, Anderson Albérico; MIRANDA, Dayenny Neves. Por uma sociogênese do binômio Estado – Cultura. *Anais XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Bahia, 2019. p. 4.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 9.

instrumento de conhecimento e de comunicação, possibilitando a integração social, de forma que “[os sistemas simbólicos] tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a interpretação *lógica* e a condição da integração *moral*”⁷. Certos elementos do campo simbólico, em especial aqueles com grande apelo metafísico, tais como a religião e os mitos, por muito tempo atuaram como legitimadores do conhecimento e construtores da realidade social, como é o caso da associação de causas e efeitos naturais aos deuses, ou a imposição de formas de governo ou de governantes, por meio da religião – lembremos do Absolutismo. Essa função é nítida no contexto social de diversas nações até o advento do Iluminismo, no século XVIII, que ressignifica diversos paradigmas a partir de elementos que giram em torno da razão.

A segunda função social, abordada pelo sociólogo francês, seria a de *instrumento de dominação*, que na concepção marxista é entendida como a função política do campo simbólico. É a partir dessa perspectiva que se analisará e explicará as produções simbólicas relacionando-as com os interesses de uma determinada classe dominante. Neste caso, ao contrário do *mito*, por exemplo, que é um produto coletivo e coletivamente apropriado, a *ideologia* será a base e impulsora das produções simbólicas. Em suma, a produção simbólica se daria sobretudo pela classe dominante, ao passo que as ideologias serviriam aos interesses particulares que na maioria das vezes tendem a apresentar-se como interesses universais, comuns a toda sociedade⁸. Sob essa perspectiva a cultura dominante atuaria como demarcador e ponto de partida para a constituição de uma organização social estamental ou de classes, distinguindo a sociedade a partir de seus sistemas simbólicos.

Observa-se a partir desses apontamentos que o campo simbólico, ou a cultura, tem uma função dupla no contexto social, ela age, ao mesmo tempo, como aquela que une, mas também como a que separa. Aumenta as desigualdades, mas as diminui ao passo que possui elementos de aproximação dos grupos. Essa faceta binária e bifronte

⁷ BOURDIEU. Pierre. op. cit, 1989, p. 10.

⁸ *Loc. Cit.* 1989.

da cultura caracteriza profundamente suas aproximações com a política⁹. E é, justamente, esse ponto nevrálgico e de tensão que abastece discursos tanto de representantes de pensamento mais conservador como daqueles liberais.

Nesse sentido, com a consolidação dos Estados-nacionais há o estabelecimento do que podemos chamar de uma governabilidade exercida através da cultura, que passa a ser um elemento-chave na consolidação do Estado liberal e da identidade brasileira. De forma que essa entidade política passa a regular e produzir elementos e signos simbólicos na busca de se promover uma unidade e coesão social¹⁰.

Cultura e memória

Ao observarmos a historiografia das políticas públicas de cultura e as diversas experiências de gestão, percebe-se que estas, em sua grande maioria, foram estabelecidas a partir de um conjunto de marcos regulatórios e documentos oficiais que instituíram as diretrizes e metodologias operativas para a ação cultural do Estado.

Ora, se as políticas culturais tornam-se efetivas a partir de documentos, conseqüentemente sua memória, para além da mente dos indivíduos partícipes dessas ações, de fotos e outros tipos de registro, decerto estarão ancoradas na documentação oficial gerada pela administração pública. Em suma, é possível dizer que a memória das políticas culturais está presente tanto nos textos culturais – no campo simbólico *per se* – como nos textos históricos – na documentação.

A partir desta perspectiva, da importância da preservação dos diversos tipos e configurações de bens culturais e, também, da construção memorial das políticas e ações do Estado, que foram estabelecidos o § 2º do artigo 216 da Constituição, que exige da Administração Pública a guarda e a franquia da documentação governamental para quem dela necessite; e o § 3º do artigo 23, que estabelece que os entes federados e a união possuem o dever de proteger, dentre outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos¹¹. Esses incisos frisam a relevância e,

⁹ BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016; EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

¹⁰ *Loc. Cit*, 1997.

¹¹ BRASIL, *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

consequentemente, o imperativo da preservação da documentação e da memória da gestão, das políticas e da administração pública. Pretendem, por força da lei, constituir e institucionalizar na máquina pública uma cultura da memória, uma vez que esta é um elemento basilar e fundacional para novas ações, projetos, programas e políticas implementadas pela União e pelos entes federados.

No que se refere à democratização do acesso à informação, os ideólogos da constituição já entendiam que a memória institucional, das políticas e da ação do Estado, é tanto um direito como um bem da nação. Contudo, o que vemos na prática é o contrário. Existe na verdade uma ausência de uma cultura da memória, que não se limita à memória administrativa ou institucional. Observa-se um descaso em relação a preservação do memorial em um sentido amplo. É possível dizer que esse fatídico cenário, também, resulta dos processos de disputas sociais e discursivas que são travadas em busca da primazia e controle da memória e do esquecimento.

Como já mencionamos anteriormente, cultura evoca poder. Expressa e abarca diversas formas de coesão, controle e produção social. Da mesma maneira, cultura é memória, uma vez que os campos da cultura e da memória interagem de forma cíclica e retributiva. Logo, quem detém o “controle” da cultura e da memória, detém o poder. Conforme o historiador francês Jacques Le Goff ressalta,

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação de memória coletiva¹².

Diante disso, nota-se que tanto o campo da memória como o da cultura e de suas políticas (Políticas Culturais) se configuram como uma arena de disputas, na qual diversas formas e mecanismos de jogos de poder são estabelecidos e postos em prática. Tal fato também se materializa na esfera pública, onde os gestores e políticos têm o hábito de, ao iniciar um novo período de governo, apagar e, nas raras vezes, substituir as ações, programas e políticas já em curso por outras novas, sem a preocupação com os registros e as avaliações dos processos que estavam em

¹² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 426.

andamento¹³. Esse processo de apagamento da memória da gestão anterior dificulta o acompanhamento e os processos de avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas, indo em contra aos ideais contidos na carta federal de 1988.

Ainda que tenhamos uma Lei de Arquivos¹⁴ promulgada em 1991, regulamentada somente em 2002¹⁵, na prática observamos uma insuficiência regulatória e escassa preocupação com a salvaguarda dos documentos e registros dos processos ocorridos.

Na contramão deste cenário, são construídos o Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI) e o Centro de Referências em Políticas Culturais, com o objetivo de resguardar esses registros e promover seu acesso à população, de forma a proteger a memória da gestão, das políticas e da própria cultura brasileira.

Fundação Casa de Rui Barbosa e o campo das Políticas Culturais

Fundado em 1928, o museu-biblioteca Casa de Ruy Barbosa ganhou o status de fundação no ano de 1966. Desde então, a Fundação Casa de Ruy Barbosa, na condição de autarquia vinculada ao governo federal, atua não somente com um espaço cultural voltado para resguardo da produção do jurista Ruy Barbosa, mas sobretudo enquanto lugar destinado à salvaguarda documental, a difusão de saberes e a promoção do patrimônio histórico cultural brasileiro. Essa missão é cumprida a partir da manutenção de seu acervo e da realização de pesquisas sobre diferentes temáticas. Atualmente a instituição é composta por um Centro de Pesquisa (CP) onde são realizadas investigações sobre Rui Barbosa, Filologia, História, Políticas Culturais, Direito e estão vinculados os serviços de editoração; e um Centro de Memória e Informação (CMI)

¹³ CALABRE, Lia. Políticas culturais e o campo da memória: contribuições possíveis para um processo de transformação social. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de. *Et al.* (orgs.) *Experimentações, políticas culturais e patrimônios*. Porto Alegre: EST Edições, 2018. p. 31.

¹⁴ BRASIL, **Lei 8.159/1991**. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

¹⁵ BRASIL, **Decreto Nº 4.553**. Decreto Nº 4.553 de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 7.845, de 2012.

onde estão dispostos o Museu Casa de Rui Barbosa, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, o Arquivo Histórico e Institucional, a Biblioteca e o setor de Preservação.

Cada um destes setores e espaços desenvolve suas ações e atividades de acordo com as orientações e interesses da administração e dos pesquisadores vinculados, o que também acompanha as mudanças da sociedade e as demandas da comunidade acadêmica e profissional das áreas relativas.

Em virtude do crescimento dos estudos e debates sobre o campo das políticas culturais foi criado, em 2002, o Serviço de Pesquisa de Políticas Culturais. Destinado à elaboração de análises e investigações contemporâneas voltadas para a compreensão da esfera pública na cultura, principalmente ao escopo das ações federais, também figura-se responsável pela promoção de tais debates junto ao público interessado, o que justifica a elaboração de livros, a promoção de eventos e a realização de atividades de natureza científica, o que engloba a organização do Seminário Internacional de Políticas Culturais¹⁶.

Em meio ao conjunto de responsabilidades e atribuições, sua equipe institucional notou uma lacuna: o desafio da preservação dos registros documentais ligados às políticas públicas de cultura no contexto brasileiro. Tal fato apontava para a necessidade de constituir um espaço onde fosse possível acessar e disponibilizar os marcos e registros de forma organizada e pública. Deste modo, é criada a comunidade do Centro de Referência em Políticas Culturais, localizada dentro do Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais¹⁷, na qualidade de ambiente digital destinado a reunir, organizar e disponibilizar um acervo sobre cultura e políticas públicas a partir de objetos digitais.

¹⁶ Realizado de forma anual, o Seminário Internacional de Políticas Culturais é um dos principais eventos científicos do segmento. Reúne estudantes de pós-graduação, pesquisadores, técnicos e profissionais do setor e oriundos de diferentes estados, países e áreas para discussão a respeito do campo de políticas culturais. Em 2020 celebrou dez anos de existência.

¹⁷ O repositório, cujo nome é associado a pedra preciosa RUBI, nasce com o objetivo de estimular a circulação do conhecimento e fortalecer o compromisso institucional da Fundação com o livre acesso da informação técnico-científica. Lançado em 22 de julho de 2016, durante o Seminário Tecnologia e Cultura, é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido por Ana Lúcia Medeiros, na época diretora do Centro de Memória e Informática da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Centro de Referência em Políticas Culturais

O Centro de Referência em Políticas Culturais é o nome dado ao repositório digital temático que abriga um conjunto de mais de dois mil e quinhentos (2.5000) documentos, dentre os quais se encontram estudos, teses, marcos regulatórios, projetos, relatórios e outras espécies de documentos produzidos pelo governo federal, pela sociedade civil organizada, entes federados, organismos multilaterais, além de trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito das políticas culturais.

A comunidade¹⁸ é administrada pelo Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e vinculado à Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão¹⁹ (FCRB). Desde sua criação, reúne diferentes pesquisadores e incorpora processos de seleção de estudantes e profissionais na condição de bolsistas para produzirem análises, ampliar o acervo e alimentar o repositório com documentos e informações que sejam de interesse para o segmento cultural. O objetivo geral do projeto é, justamente, a construção de um espaço que disponibilize informações através de um repositório próprio hospedado no portal da Fundação com o objetivo de ampliar o acesso aos diversos estudos e documentos existentes²⁰.

A escolha pela criação de um repositório digital vai de encontro a essência constitutiva e a própria função das bases de dados online que têm por objetivo organizar, gerir, preservar, difundir e oferecer acesso livre à produção científico-acadêmica e a documentos diversos²¹. Preservar tais documentos nesse ambiente digital que representa, não apenas um mero espaço de depósito de

¹⁸ No âmbito dos repositórios as *comunidades* são estruturas organizacionais, de “alta hierarquia”, que podem conter diversos subníveis denominados de *subcomunidades*. “Assim, representam apenas a estrutura, não contendo objetos digitais diretamente. Os documentos são agrupados nas *coleções*, e as comunidades, por sua vez, agrupam subcomunidades e coleções.” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 22).

¹⁹ Em 2015, o Ministério da Cultura, com a coordenação do Setor de Estudos de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, iniciou as discussões sobre a importância e a necessidade da criação de uma Cátedra Unesco no campo das políticas culturais e da gestão da Cultura. O projeto foi construído pela FCRB e aprovado pela Unesco em Setembro de 2017. A Cátedra se soma a um conjunto de iniciativas promovidas pelo setor, tais como: seminários anuais, publicações, encontros e colóquios. Disponível em <http://catedrapoliticasculturais.rb.gov.br/sobre-a-catedra/>. Acesso em 02 de maio de 2021.

²⁰ CALABRE, Lia. Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais – 2016- 2020. Projeto de pesquisa. Setor de Estudos em Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa.

²¹ IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Repositórios Digitais*. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>. Acesso em: 01.05.2021.

documentos, mas um ambiente no qual estes são organizados de forma sistemática, materializa a preocupação e a inata vocação da Fundação com a preservação e difusão da memória da cultura brasileira.

Em termos estruturais o Centro de Referências em Políticas Culturais abriga ao todo sete subcomunidades (“Cátedra”; “Entes Federados”; “Governo Federal”; “Política Cultural Global”; “Produção Acadêmica”; “Produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB”; e “Sociedade Civil”) que se subdividem em quinze coleções.

Os documentos depositados no repositório contam com um conjunto de metadados, ou seja informações, que o caracterizam, localizam, explicam e o descrevem, de forma que facilitam tanto o uso e localização, para quem o acessa, como sua recuperação e gestão, para quem o indexa. (LEITE, 2009)

Usos e apropriações de informações em cultura

Além de reunir e organizar tais documentações, o RUBI as disponibiliza e torna possível diversos usos e apropriações destes conteúdos, para tanto basta que o usuário realize pesquisas no repositório. Acionar os dispositivos de memória sem conjugar e vislumbrar usos possíveis, estimular o acesso por parte do público e empregar estratégias de divulgação comprometem a função da base de dados do repositório, assim tão importante quanto inserir documentos é difundir a plataforma para que tais dados e informações possam ser utilizadas. Reforçar os usos e apropriações das informações em cultura propõe aproximar significados, colaborar com ferramentas e definições para o campo cultural, e principalmente abastecer a área de possíveis conexões. Para tanto, este trabalho aponta seis exemplos de usos possíveis para o conjunto de documentações disponíveis no Centro de Referências em Políticas Culturais.

O emprego mais comum dos documentos do repositório é voltado para o desenvolvimento de pesquisas sobre o campo cultural. Por se tratar de um banco de dados composto em sua maior parte de arquivos de base documental-textual, é comum o uso dos mesmos tanto na construção de referenciais teóricos quanto na condição de material empírico para análises e pesquisas.

Porém, este acervo não se limita a fontes primárias (marcos regulatórios e outros documentos de caráter jurídico-normativo), o desdobramento analítico destes no formato de pesquisas acadêmicas, tais como teses e dissertações, também configura o escopo documental do repositório tornando-se mais uma fonte a ser utilizada. Tais documentos podem ser encontrados na coleção de “Produções Acadêmicas - Teses, dissertações e monografias”²², onde estão dispostos estudos acadêmicos que possuem como tema central às políticas culturais e/ou gestão da cultura.

A coleção documental “Livros e Capítulos”²³ segue a mesma perspectiva e materializa outra utilidade para os documentos do Centro de Referência de Políticas Culturais: a divulgação científica. Esta coleção é destinada ao compartilhamento das produções do corpo discente e docente de universidades, programas de pós-graduação, centros e grupos de pesquisa; à democratização de publicações regionais e ao lançamento de materiais recentes em formatos de e-book, além de incluir a difusão de publicações, anteriormente disponíveis somente no formato físico, tratadas e disponibilizadas no formato digital - quando em domínio público ou liberada pelo detentor dos direitos autorais. Salienta-se que especialmente no processo de digitalização, o trabalho do corpo de bolsistas é indispensável, uma vez que é sua responsabilidade realizar as etapas de pesquisa, catalogação, limpeza, organização, indexação e divulgação dos documentos na plataforma.

Dentro do perfil de profissionais que acessam o Repositório temos a figura dos gestores públicos de cultura. Quando o assunto é Gestão Pública da Cultura, é necessário definir o conceito que orienta este debate, uma vez que este campo é recente nos estudos brasileiros. Para compreensão da necessidade de emprego de informações em cultura por parte destes profissionais, é preciso reafirmar a existência da relação entre o papel da gestão cultural e o trabalho das políticas culturais enquanto orientadora de metas para a realização das ações no âmbito da cultura, uma vez que

Qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e com a cultura não ocorre diferente [...] Não existe relação direta de causa e efeito no campo da ação cultural, o que torna complexa a avaliação. [...] o grande desafio é o de criar projetos

²² Disponível em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6215>

²³ Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6214>

que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e trabalho.²⁴

O campo da Gestão Pública da Cultura é extenso, visto que sua construção dentro do entendimento do setor público estatal foi identificada como paralela à construção do trabalho e atuação desse profissional. A disponibilidade de documentações na temática de gestão e políticas públicas brasileiras torna-se então um atrativo para os atuantes nesse setor pela possibilidade de colaboração com projetos de formação do próprio exercício da profissão; a extensão de relatos disponíveis em trabalhos acadêmicos sobre gestões/gestores anteriores ou ainda em atuação; e o acesso à legislações, por muitas vezes descontinuadas, com a oportunidade de visualização de conexões e variações de estudos para novas propostas de legislaturas em seus entes federados de operação.

O terceiro uso possível segue a mesma linha de interlocução com o campo da gestão pública: a avaliação de políticas públicas. O apanhado de documentações em escala internacional permite aos usuários a visão de uma perspectiva dos marcos das políticas culturais em diversos países. No âmbito da elaboração de políticas culturais territorializadas, esse procedimento pode ser visto tanto de um ângulo referencial para o local de atuação/execução dessas políticas quanto para o caráter de continuidade de programas e projetos de governo. Sublinha-se neste quarto exemplo, o incentivo de instruções de elaboração de avaliações das políticas públicas ainda em execução, dado disponível em parte das documentações da subcomunidade “Programas, ações e relatórios dos entes federados”.

O quinto exemplo, ainda ligado ao campo da gestão pública da cultura, é a orientação para desenhos de programas e projetos que, assim como as avaliações, seguem no intuito de referenciar novas gestões em diferentes escalas. As subcomunidades de “Divulgação” organizam materiais informativos e promocionais referente às atividades, projetos e programas desenvolvidos em âmbito nacional e internacional, dando destaque para as etapas dos processos de desenvolvimento de planos, conselhos, agendas, fóruns, conferências, e legislações. A ampliação na ordem dos fatores que dispõe a criação de mecanismos de gestão das políticas públicas de

²⁴ CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007. Salvador. *Anais...* Salvador: ENECULT, 2007. p.12.

cultura propicia melhor entendimento, inspira e incentiva gestões de diversas localidades a replicarem tais experiências.

Finalmente, o monitoramento de legislações também destaca-se como uma possibilidade de aplicação e uso das informações em cultura. No país há um desafio no que tange a transparência dos processos e instâncias de aprovação em políticas públicas. Parte dos materiais disponíveis são resultados de solicitações feitas à lei do acesso à informação. Tais documentos e trâmites estão dispostos em comunidades específicas sobre “Legislação”. No caso dos entes federados, estão organizados por autores e instâncias de trâmite e aprovação, no caso da legislação a nível federal, organizadas em subcomunidades²⁵ datadas pelas transformações passadas pela relação Cultura e Estado.

Ponderações

A presente pesquisa aponta a importância e, sobretudo, a necessidade de garantir a existência de espaços destinados à salvaguarda da memória historiográfica e documental brasileira. A criação do RUBI e a opção pela inserção do Centro de Referências em Políticas Culturais no mesmo, versa sobre a demanda coletiva por subsídios tanto para análises e desenvolvimento de pesquisas, quanto para apropriação e aplicação em frentes ligadas à gestão pública da cultura. Do mesmo modo que oportuniza outros usos e aplicações que atendem as necessidades do setor acadêmico e social.

A possibilidade de oferecer o acesso gratuito e público ao conjunto de conteúdos ligados ao contexto das políticas culturais brasileiras e, principalmente, aquelas operadas pelo poder público não figura como uma proposição limitada por parte da FCRB, mas conforma o cumprimento de sua missão institucional - onde sua oferta atende ao direito de acesso à informação e a cultura de seus usuários. A iniciativa compõe um conjunto de bibliotecas, repositórios e centros de base de dados digitais abertos e livres voltados para a difusão científica, artística e institucional.

Essa rede desempenha um papel de suma importância para o avanço coletivo, através dos processos de captação, tratamento, armazenamento e a disponibilização de

²⁵ As subcomunidades respeitam a disposição histórica da visão do Estado sob a cultura no Brasil. São elas: Ministério da Educação (1930-85); Ministério da Cultura (MinC); e Secretaria Especial da Cultura.

conteúdos. Sobretudo em um contexto político onde a transparência não é prioridade e há um esforço nítido de apagamento de dados, manifesto na descontinuidade de programas e planos. A retirada de verba das pesquisas públicas, a censura por parte de órgãos governamentais, o rotacionamento de gestores em cargos ligados ao setor cultural demonstram as orientações de esvaziamento de depreciação do mesmo. Há evidências de que os desafios a curto prazo estão encorpados pela descontinuidade de setores institucionais voltados para às questões culturais e por conseguinte de pesquisas, como é o caso do atual estado do próprio Centro de Referência de Políticas Culturais. Práticas como a retirada de sites e documentos do ar, a "queima" ou perda de arquivos físicos, a inexistência ou inobservância de procedimentos de arquivamento público de informações e dados culturais apresentam-se enquanto problemáticas que seguem como dificultadores dos usos e aproveitamentos destas fontes enquanto subsídios.

Por fim, é importante sinalizar que o momento de pandemia reforça a procura e o consumo de informações dispostas no formato digital, assim a disponibilização de conteúdos que passaram por processos de triagem, análise, padronização e indexação, qualificam o material apresentado ao público. Um conjunto de medidas é necessário para apoiar a continuidade das práticas de proteção memorial vigentes e o desenvolvimento de novas iniciativas no campo da preservação da memória e da identidade coletiva. Dentre estas podem ser citadas: a abertura de novos concursos para composição da equipe técnica dos organismos de cultura, a oportunização de vagas para bolsistas e pesquisadores, tal qual o investimento em tecnologia e a garantia de verbas para ciência e pesquisa. Ações políticas e medidas práticas que contribuem para a sustentabilidade a longo prazo de repositórios institucionais como o RUBI e são fundamentais para assegurar a permanência da FCRB enquanto locus da produção científica e intelectual no campo da cultura.

Referências Bibliográficas

- BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL, *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007. Salvador. *Anais*. Salvador: ENECULT, 2007.

_____. Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais (2016 - 2020). *Projeto de pesquisa*. Setor de Estudos em Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. 2018.

_____. Políticas culturais e o campo da memória: contribuições possíveis para um processo de transformação social. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de. *Et al.* (orgs.) *Experimentações, políticas culturais e patrimônios*. Porto Alegre: EST Edições, 2018.

FERREIRA, Anderson Albérico; MIRANDA, Dayenny Neves. Por uma sociogênese do binômio Estado – Cultura. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 15, 2019, Bahia. *Anais...* Salvador: UFBA, 2019.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Repositórios Digitais*. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>. Acesso em: 01.05.2021.

KRISTIEN, Karen. As políticas culturais na era Bolsonaro: Fundação Casa de Rui Barbosa e a gestão de Letícia Dornelles. In: Redes Digitais e Culturas Ativistas, 4, 2020, Campinas. *Caderno de Resumos*. Campinas: PUC-SP, 2020.

_____. Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI): interações e processos de construção de acervo do Centro de Referência de Políticas Culturais a partir da coleção Covid-19. In: Redes Digitais e Culturas Ativistas, 4, 2020, Campinas. *Caderno de Resumos*. Campinas: PUC-SP, 2020.

LEGOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed.Unicamp, 1996.

LEITE, Fernando César Lima. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*. Brasília: Ibiict, 2009.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. *Manual do DSPACE: administração de repositórios*. Salvador : EDUFBA, 2010.

SOUZA, Ana Torrezan. 10 anos do Seminário Internacional de Políticas Culturais: uma análise da temática gestão pública da cultura. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 12, 2020. *Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020.

SOUZA, Ana Torrezan; CALABRE, Lia. Políticas culturais e gestão pública: perspectivas da relação entre trajetória e formação. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 11, 2019. *Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.